

Assembleia Geral da Adufrj-SSind

23/5, sexta-feira - 13h30
Auditório André Rebouças
(Centro de Tecnologia, bloco D, sala 220)
Ilha do Fundão

Pauta
1) Informes;
2) Posse dos novos conselheiros;
3) Avaliação da conjuntura;
4) Greve nacional dos docentes;
5) Assuntos gerais.

www.adufrj.org.br

Adufrj

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN - Ano XIII nº 845 - 20 de maio de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

Ato unificado da Educação, Saúde e Cultura

21/5 (quarta-feira)
Praça XV (Centro), a partir de 13h30

O tema é "Cartão vermelho para os governos que sucateiam os serviços públicos". Haverá, ainda, uma passeata até a Assembleia Legislativa.

SEMINÁRIO.
Carreira e PNE no centro do debate

Resolução 02/1989

Grupos	Nota	Peso	Exemplo
Qualificação	0 a 100	0 a 25	10
Concursos e Distinções	0 a 100	0 a 25	10
Ensino de Graduação e Básico	0 a 100	0 a 35	10
Ensino de Pós-graduação lato e stricto	0 a 100	0 a 35	10
Pesquisa e produção intelectual	0 a 100	0 a 35	20
Extensão	0 a 100	0 a 35	20
Administração	0 a 100	0 a 25	20
Total máximo	700	100	10000

Captação: 7000 pontos



Marco Ferrazides - 17/05/2014

MEC quer cancelar reunião com o Andes-SN

Página 8

Andes-SN elege nova diretoria

Página 12

Convênio com Hospital Federal dos Servidores é erro, diz Côrtes

Página 7

Regulamentação

Consuni decide dia 5 sobre carreira docente

Os riscos de aprovação de uma proposta de regulamentação da carreira que atenda só aos professores Titulares e o Plano Nacional de Educação foram abordados em seminário organizado pela Adufrj-SSind. Representantes do DCE e dos pós-graduandos participaram.

Páginas 3 e 4

ESPECIAL

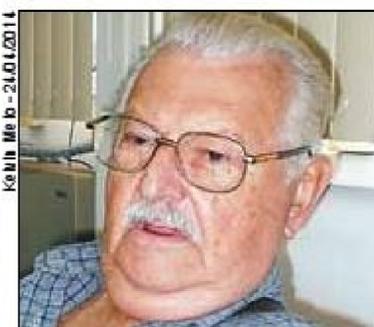
Pesquisa revela o novo perfil do estudante da UFRJ

Página 6



Encontro Estadual de Educação será nos dias 6 e 7 de junho.

Página 5



Roberto Petersen
Doenças graves livram aposentados do IR

Página 9

SEGUNDA PÁGINA

Novo ciclo de lutas?

Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Marcelo Badaró Mattos analisa, em recente artigo ("Greves no Brasil: o despertar de um novo ciclo de lutas?"), o aumento do número de paralisações no Brasil.

Em 1989, no auge do movimento que marcou o fim da ditadura empresarial-militar instalada em 1964, ocorreram cerca de 4 mil greves no país. Nos anos seguintes, este número foi caindo, até atingir 1.228 greves em 1996; 525, em 2000; e 299, em 2005, num dos pontos mais baixos da curva (o menor número foi 298 em 2002).

Para explicar o declínio das mobilizações organizadas dos trabalhadores, Badaró cita diversos fatores, como o desemprego e a precarização das relações de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1990; além do progressivo apassivamento da maioria da direção sindical mais combativa (reunida em torno da Central Única dos Trabalhadores, a CUT).

"O que nos interessa neste momento, porém, é assinalar uma inflexão. Depois de 446 greves contabilizadas em 2010 e 554 em 2011, no ano de 2012 aconteceram 873 greves no Brasil, segundo os estudos do Dieese. É o maior número registrado desde 1996 e revela um crescimento significativo nos últimos anos do recurso à paralisação do trabalho, como arma para enfrentar os baixos salários, a perda de direitos dos trabalhadores e as péssimas condições de trabalho", diz trecho do artigo. "Ainda não foram divulgados os dados sobre as greves no ano de 2013, mas tudo indica que a tendência ao crescimento se manterá".

Para ele, só o passar do tempo poderá confirmar se ocorre um novo ciclo de crescimento das lutas organizadas da classe trabalhadora no Brasil. Mas o professor indica duas questões centrais: a primeira é que as manifestações de 2013 impulsionaram greves e táticas de lutas dos sindicatos mais combativos; e, em segundo lugar, embora continue a existir um setor combativo do movimento sindical, o que chama a atenção em muitos desses movimentos grevistas recentes é que eles se fazem à margem das (e muitas vezes contra as) direções sindicais. Como aconteceu na greve dos garis.

"Parece ser fundamental compreender que uma nova onda de mobilizações grevistas, que possa recolocar a classe trabalhadora organizada no centro do debate político nacional, dependerá: por um lado, da capacidade das bases sindicais e dos dirigentes mais combativos de alargarem as lutas, através de mobilizações de massas, que envolvam os setores mais precarizados e menos organizados da classe trabalhadora, que demonstraram seu potencial de descontentamento em junho de 2013; por outro lado, de uma renovação do panorama sindical brasileiro, com a substituição de burocracias esclerosadas pela colaboração de classes por novas lideranças surgidas das greves que se enfrentam com esses burocratas", conclui Badaró.

Manifestação

15 de maio, em frente à Central do Brasil



Samuel Tosta - 15/05/2014

AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da Adufrj** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do campus Macaé. A versão online pode ser lida no site www.adufrrj.org.br. Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para secretaria@adufrrj.org.br.

Plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, até 15 de junho, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail convenio.unimed@adufrrj.org.br.

Agenda

- 24 e 25 de maio**
Reunião do Setor das IFES do Andes-SN
Brasília (DF)
- 6 e 7 de junho**
Encontro Estadual de Educação
Rio de Janeiro (RJ)
- 6 a 8 de junho**
Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas
São Paulo (SP)
- 8 a 10 de agosto**
Encontro Nacional de Educação
Rio de Janeiro (RJ)
- 21 a 24 de agosto**
59º Conad do Andes-SN
Aracaju (SE) - com o tema central "Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública."

Errata

- No último jornal, o número da edição saiu errado (842, em vez do correto 844).

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureiro: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Picolini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecilia Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patricia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogênia Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Maninho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: adufrrj@adufrrj.org.br e secretaria@adufrrj.org.br Redação: comunica@adufrrj.org.br Diretoria: diretoria@adufrrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufrrj.org.br> Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

SEMINÁRIO

Lendo as entrelinhas do PNE

Primeira mesa de evento organizado pela Adufrj-SSind esmiuça as metas do Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso. Como está, texto compromete princípio público da área e prejudica docentes

Atividade ocorreu no sábado, 17 de maio

Aline Durães

Especial para o Jornal da Adufrj

Dois temas centrais para a universidade foram alvo de discussões no sábado, 17 de maio, durante o Seminário “Carreira Docente e Políticas para Educação”. O encontro, realizado pela Adufrj-SSind na Casa da Ciência, reuniu professores e estudantes (representando o DCE e a APG) que, por cerca de quatro horas, debateram as propostas de regulamentação interna à UFRJ de progressão e promoção nas carreiras do magistério federal e o Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso.

A primeira mesa do evento, composta pelas professoras do Colégio de Aplicação (CAp-UFRJ) Cristina Miranda e Renata Flores e mediada por Regina Pugliese, diretora da Adufrj-SSind, analisou as alterações contidas no PNE. As três integram o Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais da Seção Sindical.

Ao estabelecer metas para a área, que deverão ser cumpridas nos próximos dez anos, o governo federal apresenta o PNE como se as políticas educacionais tivessem prioridade na gestão. Para as docentes envolvidas no debate, entretanto, o texto, além de abstrato em alguns trechos, é danoso por institucionalizar e oficializar práticas, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, que comprometem o princípio público do setor. “Nos últimos meses, o PNE ganhou mais destaque na mídia por conta do inciso X do artigo segundo, que aborda questões referentes, por exemplo, à diversidade de gênero. A ênfase nessa temática, que é importante, desviou o foco de um problema que atinge todas as metas: o subfinanciamento da educação pública”, destacou Renata Flores.

Durante o seminário, Renata e Cristina Miranda se revezaram para revelar, uma a uma, as metas do Plano para além do sentido óbvio contido no texto. Questionaram a validade de medidas que, em vez de problematizarem as condições de trabalho do professor na sala de aula, se resumem a fazer uma crítica velada à formação do profissional. “O documento é permeado por um discurso de



Renata Flores (de pé), Cristina Miranda (ao centro) e a mediadora Regina Pugliese

União entre os segmentos é necessária

A necessidade de maior articulação entre as categorias docente, discente e técnico-administrativa deu o tom da mesa de abertura do seminário, composta pelas estudantes Julia Bustamante (DCE Mário Prata) e Juliana Caetano (APG-UFRJ) e por Cláudio Ribeiro, presidente da Seção Sindical. Ficou claro que a luta em defesa da Educação Pública de qualidade, contra a mercantilização do ensino, é um traço comum a todos os segmentos. “O professor, cada vez mais, acredita que sua atividade independe das outras classes, inclusive dos estudantes. Mas

é importante entender como as condições de estudo e trabalho na UFRJ afetam a nós, docentes”, destacou Cláudio.

As representantes discentes trouxeram à pauta reivindicações estudantis nos níveis da graduação e pós-graduação. Entre elas, a ampliação das políticas de permanência da universidade para graduandos e a luta pela vinculação das bolsas de pesquisa ao salário docente, segundo a qual o valor do benefício se tornaria equivalente a determinada porcentagem da remuneração dos professores. “Precisamos atuar conjuntamente, em todas as esferas,

contra essa lógica perversa da Educação voltada para o mercado, que nos rouba a universidade como local de pensar”, pontuou Juliana Caetano.

Julia Bustamante destacou a necessidade de melhorar as políticas de apoio aos alunos principalmente em função da recente mudança de perfil dos ingressantes na universidade (leia a matéria na página 6) e da interiorização dos *campi*. Ela ressaltou a importância das ações conjuntas entre os segmentos, que vêm crescendo desde a greve de 2012 e ganhando força com a luta contra a Ebserh.



Juliana Caetano, da APG (à esq.); Cláudio Ribeiro (Adufrj-SSind) e Julia Bustamante (DCE)

expropriação do saber docente. Ele deixa pouca autonomia para o professor formular seu material em sala de aula e para efetuar a avaliação dos alunos. Parece querer proteger o docente, mas o transforma em

mero avaliador, mero aplicador de materiais externos”, frisou Renata.

Um ponto merecedor de destaque na avaliação das palestrantes é que, por vezes, o Plano Nacional de Educação

parece atender a demandas históricas da categoria docente, mas basta um olhar mais criterioso para perceber que o texto não garante qualquer efetivação dessas pautas. E o que ocorre na meta seis. Ao

preconizar a oferta de educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica, o Plano fala em aumentar a carga horária dos professores em cada unidade. Isso não garante que o docente poderá se livrar de trabalhar em várias escolas como ocorre hoje – eles, muitas vezes, precisam lecionar em várias unidades escolares para aumentar sua renda. Não há, no entanto, qualquer sinalização no texto que aponte como a matrícula única ocorrerá na prática.

Já a meta 12, que pretende elevar a taxa de matrícula no Ensino Superior para 50%, reafirma o controverso Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Ao mesmo tempo, indica que o PNE entende a universalização do acesso apenas sob o ponto de vista numérico, esvaziando os debates sobre a qualidade do ensino e as políticas de permanência. “Não há estratégias que pensem para além do aumento de vagas e de *campi*. A precarização está ratificada pela lei”, alertou Renata Flores.

Das mais polêmicas, a meta 20 foi eleita pelas palestrantes como a “menina dos olhos do PNE”. É ela que trata do financiamento e visa ampliar o investimento público em Educação para 7% do Produto Interno Bruto (PIB), em cinco anos, e para 10%, no prazo de dez anos. Bastante modificada nas várias idas e vindas entre Câmara e Senado Federal, a meta não especifica como será feito esse repasse, o que dá margem para a captação dos recursos públicos por instituições privadas. “O eixo central da discussão do PNE é que a questão do público e privado se misturam de tal forma que não há mais fronteiras. No documento, fala-se em ‘gratuito’, mas é um gratuito feito com financiamento do setor privado. O Estado está favorecendo o capital privado para atender políticas neoliberais”, afirmou Cristina Miranda.

Para dar continuidade aos debates sobre as propostas do PNE, será realizada, nos próximos dias 6 e 7 de junho, a etapa estadual preparatória para o Encontro Nacional de Educação (ENE). O objetivo é organizar e fortalecer a articulação de movimentos sociais e trabalhadores em Educação para o ENE, que ocorrerá nos dias 8, 9 e 10 de agosto, no Rio de Janeiro (leia mais sobre o PNE na página 5).

SEMINÁRIO

Discussão da carreira em destaque na luta sindical

Seminário da Adufrj-SSind alerta para prejuízos na discussão apenas sobre o topo do magistério federal

Consuni delibera sobre o tema em 5 de junho

A legislação, que dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos de magistério federal, exige regulamentação interna às instituições quanto às normas de progressão e promoção. E, uma vez que a sessão do Conselho Universitário, marcada para 5 de junho, vai deliberar sobre o tema, ganhou ainda mais importância o debate da segunda mesa do seminário organizado pela Adufrj-SSind, no último dia 17.

Existem, hoje, oito propostas a serem avaliadas pelo Consuni como regulamentação da Lei nº 12.772/12, mas apenas duas delas são, de fato, concorrentes. "Havia a proposta da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), mas, por meios que atropelaram a institucionalidade, houve a submissão de uma outra proposta, identificada com a PR-2 e, posteriormente, com parte do Centro de Tecnologia", criticou uma das palestrantes, a professora Maria Malta, do Instituto de Economia.

Ao contrário da proposta adversária, que concentra os critérios de progressão e promoção nos cargos de professores Titulares, a regulamentação da CPPD não privilegia a pós-graduação em detrimento da graduação, considerando a atividade de ensino com equivalência em todos os níveis. Além disso, prima por uma avaliação de desempenho com critérios e pontuação iguais para todos os níveis. "Grupos contrários dizem que a proposta da CPPD é benevolente demais. Eles só querem progressão para professor Titular, mas as outras classes também precisam. Existe uma demanda reprimida de professores que estão desde a década de 1990 sem poder pedir progressão porque não se encaixam nos níveis de titulação", enfatizou Denise Nascimento, da Faculdade de Odontologia e presidente da CPPD.

A normatização da CPPD



Denise Nascimento, presidente da CPPD (à esq.), e **Luciana Boiteux**, da Adufrj-SSind



Maria Malta, do Instituto de Economia, critica proposta surgida no Centro de Tecnologia

inova por incluir "outras atividades" entre os critérios que contam ponto para a progressão da carreira docente. Segundo Maria Malta, que é representante dos Adjuntos do CCJE no Consuni, esse novo item contempla muitos professores que

desenvolvem atividades que não estão listadas nos perfis de seus Centros. "Isso não significa que eles não trabalham, mas sim que seu trabalho não é reconhecido".

Para terem a permissão de solicitarem progressão na car-

reira, os docentes precisam desempenhar atividades de ensino e pesquisa: portanto, é imprescindível que pontuem nesses critérios. No caso dos docentes em cargo de direção, afastados das atividades de ensino por conta das demandas da função,

a resolução prevê que tenham a nota obtida (no que diz respeito à carga horária mínima e avaliação discente) da avaliação anterior ao cargo, que seria repetida por, no máximo, dois períodos consecutivos.

A mediação desta mesa foi feita por Luciana Boiteux, diretora da Seção Sindical e professora da Faculdade Nacional de Direito. Luciana propôs que os efeitos não financeiros da progressão possam retroagir para não prejudicar os docentes que não conseguem por diversas razões, geralmente atreladas à intensificação do próprio trabalho, da entrada em seu processo de progressão no tempo adequado.

GT Carreira da Adufrj-SSind contribuiu para o debate

Embora seja encarada por parte da comunidade acadêmica como longe do ideal, a proposta da CPPD é norteada por princípios caros ao movimento docente. Atualiza os pontos positivos das regulamentações anteriores (resoluções do Consuni 02/89 e 07/2006), prevendo uma norma única e atualizada que englobe os critérios de progressão para toda a carreira e valorizando o mérito e a diversidade de perfis docentes.

O Grupo de Trabalho Carreira da Adufrj-SSind produziu contribuições para o debate a partir do texto-base da CPPD. As contribuições, encaminhadas para a avaliação do Consuni, são feitas na direção de minimizar os possíveis danos que a lei nº 12.772, imposta aos docentes pelo governo, pode proporcionar.

Ao final do encontro, ficou evidente a importância da participação docente na reunião do Conselho Universitário que votará a resolução que regula a Lei 12.772/12, em 5 de junho. "É importante o sindicato garantir esse espaço e esse tempo de debate, porque temos percebido que a própria condição de professor nos aliena de determinadas discussões", completou o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro. **(Aline Durães)**

Fotos: Marco Fernandes - 17/05/2014

BRASIL

Luta pela Educação Pública

Trabalhadores da área e movimentos sociais constroem o Encontro Nacional, que ocorrerá em agosto

GTPE da Adufrj-SSind discute o PNE do governo

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A análise do Plano Nacional de Educação (PNE) em tramitação no Congresso tem ocupado os últimos encontros do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais (GTPE) da Adufrj-SSind. O GT tem contado recentemente com a colaboração do Colemarx (Grupo de Pesquisa da Faculdade de Educação).

Para os integrantes do GTPE, o PNE aprofunda de forma perversa o desmonte em curso da educação pública, institucionalizando a transferência de recursos públicos para o setor privado. Do conjunto do texto, foi retirada a palavra 'público', o que dilui o significado do sentido da instituição pública em si.

De acordo com esse estudo, a política educacional expressa no PNE apresenta-se como parte de um programa de governo que foi instituído desde 2007 pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Este PDE reafirma metas e estratégias definidas pelo movimento "Todos Pela Educação" – organização dos empresários, sob a liderança do Itaú e Gerdau, para pautar a política pública da educação -, sem considerar o embate político dos anos 1990 entre o PNE da sociedade civil e o PNE de FHC (2001-2010).

O PNE do governo não para por aí: institui na lei o Reuni, agora também para instituições estaduais. O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (até então apenas para federais) já demonstrou ser, na prática, mais um fator de precarização das universidades – amplia-se o número de vagas estudantis sem aporte adequado de estrutura física e de pessoal; aprofunda os mecanismos de avaliação que não têm o protagonismo dos trabalhadores da educação e dos estudantes. Além disso, é um elemento coercitivo de controle social sobre o que é dado a pensar na escola, ou seja, a perda de autonomia científico-acadêmica. O PNE também estabelece em lei quais médias as escolas



Professores municipais e estaduais filiados ao Sepe vão ajudar a compor o ENE

deverem alcançar dentro do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

"Público" é diferente de "gratuito"

A "meta 20" trata do investimento público em educação, sem diferenciar os recursos públicos dos privados. Objetivamente, anula a particu-

laridade do sistema público, confirmando os compromissos do Estado brasileiro em favorecer o capital privado de acordo com as políticas neoliberais determinadas pelos organismos internacionais. Além disso, anuncia o investimento de 10% do PIB para a Educação (sem especificá-la como "pública"), escalonado

ao longo de 10 anos. O patamar máximo será atingido apenas ao final do plano, mas não há nenhuma indicação de como se chegará a estes 10%, o que compromete os interesses e demandas da sociedade brasileira organizada em torno do movimento da campanha dos 10% do PIB para a Educação Pública, já

Encontro Estadual de Educação ocorre em 6 e 7 de junho

Diante do contexto que se apresenta, o GTPE entende que é fundamental reunir os trabalhadores da educação e movimentos sociais na construção de uma agenda política da classe trabalhadora. Esta articulação deve envolver os setores que se comprometam com as tarefas de um projeto de sociedade e educação contrário ao projeto da hegemonia do capital. Os seguintes princípios são reafirmados: 10% do PIB para a educação pública e gratuita; democracia, controle e gestão da educação em contraposição à lógica do mercado e clientelismo político; acesso e permanência estudantil assegurando aos estudantes as condições de alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo; contra a privatização e mercantilização da educação; luta contra a precarização das atividades dos trabalhadores da Educação; contra a avaliação direcionada ao atendimento do modelo privatista e empresarial.

Calendário

No dia 16 de maio, ocorreu uma plenária de mobilização no Rio para a construção do Encontro Estadual de Educação – etapa preparatória do Encontro Nacional (ENE). Este Encontro Estadual ocorrerá em 6 e 7 de junho. O Seminário Carreira e Políticas Educacionais (que aconteceu no dia 17 – leia mais nas páginas 3 e 4) é uma das atividades internas à UFRJ que a Adufrj-SSind organiza como forma de mobilizar os professores e se prepararem para o ENE, marcado para 8 a 10 de agosto, também no Rio de Janeiro.

Desmercantilizar a educação

A luta pela desmercantilização da educação é da maior importância hoje. O debate e as ações deste encontro pretendem resgatar a perspectiva de educação como direito social e também como dever do Estado.

Assistência estudantil de qualidade é para ontem

Pesquisa realizada pela pró-reitoria de Graduação (PR-1) mostra mudança de perfil do ingressante na universidade e aponta necessidade de intensificação das políticas de apoio aos alunos

Hoje, mais de 20% dos novos alunos vêm de fora do Rio

Aline Durães

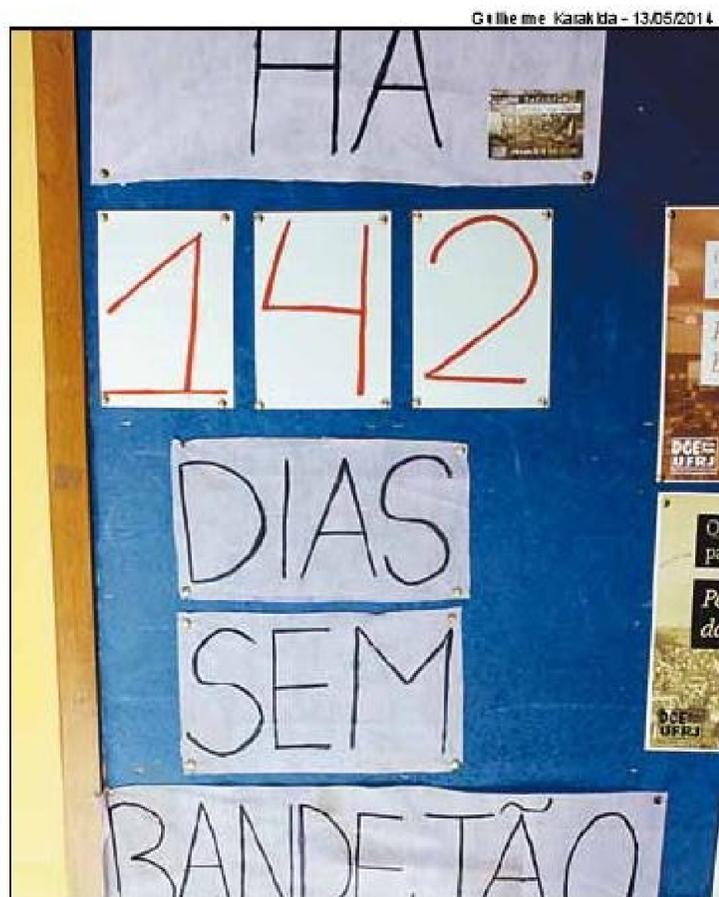
Especial para o Jornal da Adufrj

O perfil do aluno da universidade mudou nos últimos anos. Essa é a principal conclusão da pesquisa "O ingresso na UFRJ: perfil do ingressante e análise do sistema ENEM/Sisu e cotas", realizada pela pró-reitoria de Graduação (PR-1) com base nos questionários socioeconômicos preenchidos pelos candidatos aos cursos da instituição.

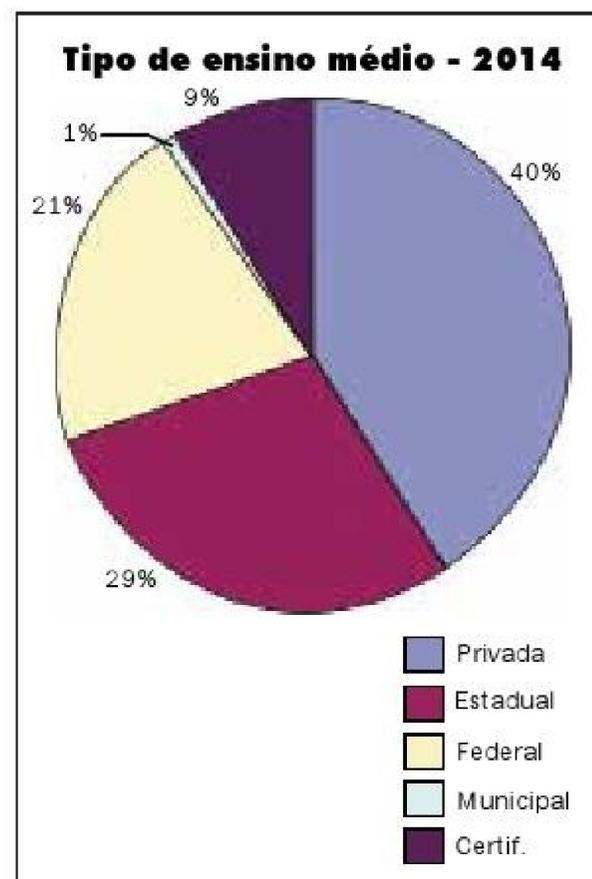
O documento, apresentado recentemente durante uma Plenária de Decanos e Diretores, detectou que as políticas de ações afirmativas imprimiram mudanças geográficas e econômicas no grupo de estudantes da instituição. Até 2010, por exemplo, apenas 1% do corpo discente era proveniente de outro estado. Hoje, os alunos de fora do Rio de Janeiro já somam 22% do total.

A renda desse alunado também se alterou. Além da política de cotas, que inseriu na universidade jovens com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, outro dado confirma a mudança: no concurso de 2007, 4.199 dos candidatos classificados (64,31% do total) responderam ter cursado todo o ensino médio em escola particular, em um questionário aplicado pela UFRJ, naquela época. Em 2014, apenas 40% dos ingressantes cursaram o ensino médio em escola privada, e 31% vieram de escolas públicas das esferas federal, estadual e municipal (os outros 29% são candidatos que receberam certificados de conclusão pelo Enem e por supletivos): "Essa nova realidade exige avanços nas políticas de assistência estudantil da UFRJ", salienta Priscila Branco, aluna do curso de Letras-Literaturas e representante do Diretório Central dos Estudantes Mário Prata (DCE-UFRJ).

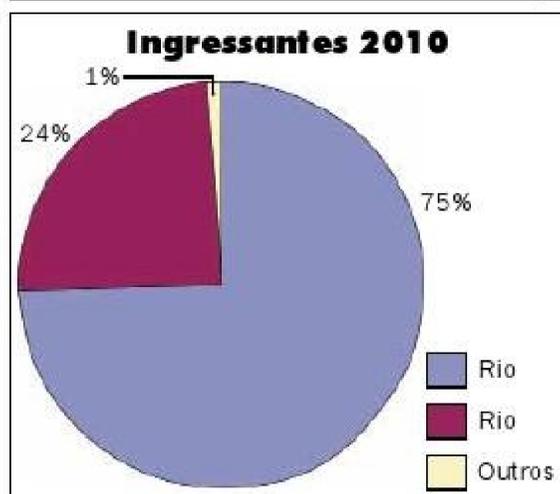
Priscila sente na pele a carência de iniciativas mais incisivas que garantam a permanência dos estudantes na universidade. Desempregada, ela está na disputa por uma bolsa-auxílio



Mural na Faculdade de Letras cobra reabertura do bandeirão local



Distribuição Geográfica

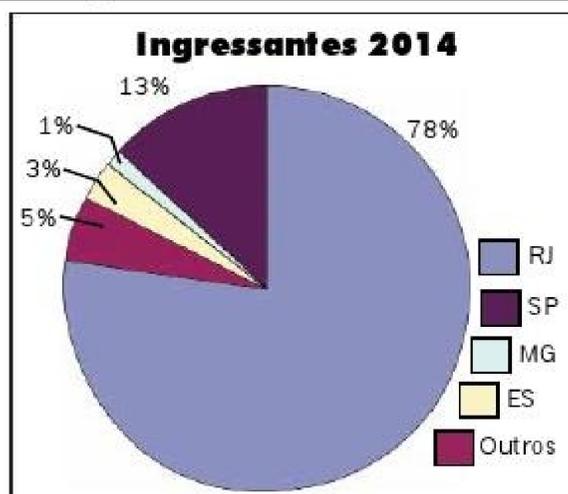


(de R\$ 400), mas, por enquanto, conta apenas com ajuda para o transporte. "Às vezes, tenho que escolher entre tirar xerox ou comer. Assim como eu, existe muita gente nessa situação. São recorrentes os casos de alunos que abandonam a universidade por não terem condições de se manter aqui", desabafa.

Embora as taxas de evasão preocupem as altas esferas da reitoria da UFRJ, elas ainda não foram suficientes para forçar a criação de políticas universais de permanência. "A demanda por assistência estudantil está aumentando. Quem ingressa hoje como cotista recebe uma bolsa automática pelo período de um ano. Mas, a partir do se-

gundo ano, precisa concorrer à bolsa-auxílio. Como o número de candidatos é alto, a concorrência se acirra e nem todos conseguem", sublinha Angela Rocha dos Santos, pró-reitora de Graduação da UFRJ.

A mesma pesquisa que constatou a mudança no perfil do aluno revelou dados também sobre os investimentos feitos pela universidade em assistência estudantil. Segundo o relatório, no ano de 2012, a instituição destinou pouco mais de R\$ 12 milhões a ações de moradia e bolsa apoio de permanência. O maior montante de investimento ficou mesmo com o auxílio-transporte, que totalizou cerca de R\$ 21 milhões.



Já em 2014, pretende-se dedicar R\$ 75 milhões para políticas de permanência. Destes, apenas R\$ 42 milhões provêm do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes); o restante será retirado do orçamento próprio da UFRJ. "Estamos fazendo o possível. Podemos sim manter os estudantes, mas não podemos manter todos com as verbas atuais. Temos que analisar a situação socioeconômica dos alunos e selecionar os mais carentes", ressalta o professor Ericksson Almendra, superintendente-geral de Políticas Estudantis da UFRJ.

O abismo existente entre os investimentos no processo de democratização do acesso

à universidade, marcado pela adoção de cotas como ações afirmativas, e a escassez de recursos capazes de converter esse acesso em permanência levou o DCE UFRJ Mário Prata a criar a campanha "Assistência Estudantil não é favor, é um direito". O movimento tem como objetivo organizar atos e debates que, entre outras coisas, pressionam pelo repasse de R\$ 2,5 bilhões para o Pnaes (eram R\$ 676 milhões, em 2013) e reivindicam a reabertura do Bandeirão da Faculdade de Letras (fechado desde o final de dezembro) somada à construção de refeitórios no *campus* da Praia Vermelha, no Centro, em Xerém e em Macaé.

Avanços, como o aumento no número de bolsas-auxílio e o incremento no valor do subsídio, são reconhecidos, mas os discentes ainda necessitam de mais incentivos para concluir seus cursos. "As políticas existentes são importantes, a quantidade de bolsas se ampliou, e conquistamos um aumento importante no valor delas, porém a UFRJ não consegue contemplar todo mundo. No fundo, isso depende de uma política maior, ligada ao governo federal, que precisa privilegiar a Educação", finaliza a aluna Priscila Branco.

UFRJ

Eduardo Côrtes: convênio com HFSE é decisão errada

Diretor do HUCFF diz não ter sentido transferir a formação da graduação, uma atividade-fim da universidade, para outra instituição. Côrtes diz, ainda, que o convênio não foi discutido com a comunidade

Diretora do Ipub, Maria Tavares entra no debate

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Um convênio proposto pela Faculdade de Medicina da UFRJ com o Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE) tem gerado polêmica entre diretores de hospitais e professores de Medicina. Inicialmente criado para atender os estudantes do curso de Medicina de Macaé, que não possui hospitais para seu treinamento em Saúde, foi estendido também para os demais cursos da Faculdade de Medicina (FM), inclusive do Rio. A Congregação da FM aprovou a proposta dia 13.

“Uma coisa é fazer um convênio auxiliar, para treinar os alunos em áreas específicas como emergência. Outra coisa é fazer um convênio em que você passa a formação da graduação, uma atividade-fim da universidade, para outra instituição”, observa o diretor do HUCFF, professor Eduardo Côrtes. Para ele, o momento é estrategicamente errado para aprovar um convênio que transferirá o treinamento dos estudantes de Medicina da UFRJ para outro hospital: “Maio e junho são os meses em que o Rehuf (programa de reestruturação dos HUs fede-



Dúvidas. Diretor do HUCFF alega que o momento não seria o mais apropriado para fechar este tipo de convênio com o HFSE

rais) faz levantamento para definir o valor dos repasses para os hospitais. O convênio pode ter um uso político muito ruim justamente por conta disso. Pode significar um menor repasse pela transferência dos estudantes para o HFSE”.

Côrtes argumenta que o convênio não foi discutido com a comunidade e que, como professor da UFRJ, vê de maneira muito ruim o treinamento dos alunos ter como responsável máximo um órgão externo à URJ. Isto porque, a cláusula quarta do convênio estipula que “O Conselho

Gestor de Ensino e Pesquisa do HFSE será o órgão maior responsável pelo ensino proposto no âmbito deste convênio, sendo presidido e convocado pelo Diretor do HSE com periodicidade nunca superior a 90 dias”.

Eduardo Côrtes diz, ainda, não ter sido procurado pela direção da Faculdade de Medicina para saber a atual capacidade de recebimento de estudantes por parte do HUCFF e não teria divulgado um levantamento das atuais condições de funcionamento do Hospital dos Servidores do Estado.



Elsa Morillo - 13/11/2013

“O convênio pode ter um uso político muito ruim justamente por conta disso. Pode significar um menor repasse pela transferência dos estudantes para o HFSE”

Eduardo Côrtes

Professora admite diferenças

A professora Maria Tavares, diretora do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Ipub), é favorável ao convênio e afirmou que esta não seria uma prática nova: “Cada vez mais nossos alunos têm sido formados na rede do SUS. Aqui no Ipub os nossos residentes fazem também o atendimento em outros hospitais. A parte de emergência, por exemplo, é feita há muito tempo no Pinel (Instituto

Psiquiátrico Philippe Pinel), porque não temos porta aberta para emergência”.

Apesar de não ver problemas na aprovação do convênio, a diretora reconhece algumas diferenças: “Entendo que seja um pouco diferente porque não corresponde só a um treinamento auxiliar de uma área que não existe na UFRJ. É com um hospital e não com a Prefeitura do Rio, por exemplo. Sei que estamos

em um momento de fortalecer nossos HUs, por outro lado, também ter uma alternativa para os alunos caso eles precisem também é positivo. Há turmas que podem ser prejudicadas caso não haja outra solução para elas até que o HUCFF seja reestruturado”, declarou.

Medronho argumenta

Procurado para falar sobre o assunto, o diretor da Facul-

dade de Medicina, professor Roberto Medronho, alegou que a proposta de acordo entre a UFRJ e o HFSE não tem por objetivo o esvaziamento do HUCFF: “Ele regulariza a situação dos estudantes da Medicina de Macaé que já estão fazendo estágio lá e possibilita que os alunos de todos os outros cursos da FM, inclusive da Medicina do Rio, realizem estágios no Hospital Federal dos Servi-

dores do Estado”.

Medronho também alegou que a discussão sobre a necessidade de um convênio foi iniciada em abril de 2012, quando a Medicina de Macaé entrou em greve.

Segundo ele, a cláusula quarta, citada nesta matéria, foi modificada na congregação: quem vai presidir o conselho será a pessoa indicada pelo diretor da FM, e não mais pelo diretor do HFSE.

FUNCIONALISMO FEDERAL

Mobilização confronta Copa

Servidores de setores importantes ligados ao megaevento podem cruzar braços pouco antes do jogo inaugural

Acesso de turistas e bagagens pode ficar sem controle

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que representa mais de 340 mil servidores em todo o país, pode parar sua base em 10 de junho, dois dias antes do jogo inaugural da Copa do Mundo. A decisão sobre a paralisação dos segmentos do funciona-

lismo federal, organizados pela Condsef, será definida dia 30 de maio, em Plenária Deliberativa da Confederação. Caso a greve se confirme, policiais federais e auditores da Receita Federal, por exemplo, deixarão de controlar o acesso de turistas estrangeiros e de bagagens, nos aeroportos, nos portos e nas rodovias.

Os funcionários técnico-administrativos das universidades federais e técnicos e docentes dos Institutos Federais já estão em greve. Os

trabalhadores do Ministério da Cultura iniciaram a paralisação no dia 12 e o mesmo deve acontecer em vários estados na Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral.

Com a greve dos servidores da Cultura, locais como museus, monumentos históricos e outros pontos turísticos poderão ficar fechados no período da Copa do Mundo.

De acordo com a Condsef, os servidores querem que a terceira parcela do reajuste de 5%, prevista para janeiro de 2015, seja antecipada para

este ano – em 2012, governo e funcionários acordaram aumento de 15%, dividido em três anos, a partir de 2013. Os servidores reivindicam também aumento de benefícios para diversas categorias, como auxílio-alimentação, o cumprimento de acordos assinados em 2012, e exigem a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para garantir uma data-base para a categoria e o direito à negociação coletiva para todos os trabalhadores.

Governo intransigente

Até o presente momento, apesar da forte greve nas bases do Sinasefe e da Fasubra, o governo federal mostra-se intransigente diante das reivindicações dos trabalhadores da educação federal. As entidades representativas do funcionalismo público também estão fazendo pressão no Congresso Nacional. Exigem dos parlamentares a inclusão, no orçamento de 2015, de verbas que contemplem o reajuste dos servidores. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Tomaz Silva/Agência Brasil - 15/05/2014



Servidores da Cultura estendem faixa em frente ao Palácio do Catete, dia 15

MOVIMENTO DOCENTE

MEC tenta desmarcar reunião com o Andes-SN

Encontro havia sido marcado com bastante antecedência

No último dia 17, a direção do Andes-SN foi surpreendida com uma mensagem do gabinete da Secretaria de Educação Superior do MEC para cancelar a reunião do próximo dia 21. Sem muitos detalhes, o motivo seria uma "viagem nacional". O encontro representaria a continuidade da discussão sobre a pauta

de reivindicações do Sindicato, especialmente quanto à carreira docente.

Em resposta ao comunicado da SESu/MEC, o Andes-SN enviou uma carta na qual cobra a realização do encontro: "Reafirmamos que esta agenda foi marcada com bastante antecedência e a partir da agenda do Secretário Paulo Speller. Além do mais, há expectativa da base do movimento sobre esta reunião. Todas as providências, como passagens aéreas e deslocamento dos diretores para Brasília, já foram tomadas com a certeza de que o Secretário

cumpriria o compromisso firmado. Diante do exposto, esperamos que a SESu/MEC cumpra o acordado sobre a reunião do dia 21 de maio. Esperamos ter do secretário o esforço necessário para que se efetive a agenda marcada com antecedência. Da parte do Andes-SN estaremos em Brasília nesta data e hora para o cumprimento do compromisso assumido. Também será mantida a reunião do setor das federais para os dias 24 e 25 de maio para avaliarmos os desdobramentos em decorrência da evolução dos fatos", diz o documento.

Mobilização na data

O dia 21 de maio será marcado por atividades de mobilização em todo o país. No Rio de Janeiro, haverá um ato unificado da Educação, Saúde e Cultura na Praça XV (Centro), a partir de 13h30. O tema é "Cartão vermelho para os governos que sucateiam os serviços públicos". Haverá, ainda, uma passeata até a Assembleia Legislativa.



Andes-SN

JURÍDICO

Doenças graves isentam aposentados de pagar IR

Cegueira, Hanseníase, doença de Parkinson, contaminação por radiação e tuberculose ativa, entre outros, compõem a lista de enfermidades que dão direito ao benefício, que pode ser solicitado retroativamente

Serviço médico oficial deve emitir o laudo comprobatório

Aposentados, pensionistas e reformados que sejam portadores de doenças graves são isentos do Imposto de Renda. Aquele que portar uma das patologias (veja quadro) deverá procurar o serviço médico oficial da União, dos estados, do DF ou dos municípios para a emissão de laudo pericial que comprove a doença (no caso da UFRJ, é a Divisão de Saúde do Trabalhador – DVST). De posse desse documento, o requerente deverá se dirigir à fonte pagadora para que deixe de reter o Imposto de Renda.

Retroatividade

Caso o laudo da perícia indique que a doença foi contraída em período anterior e o contribuinte já tiver sido descontado, ele pode requerer a restituição em três situações: se a retenção do imposto ocorreu no exercício corrente ao laudo, o contribuinte pode solicitar a restituição na Declaração de Ajuste anual, declarando os rendimentos como isentos a partir do mês de concessão do benefício; caso a retenção tenha acontecido em exercícios anteriores, o contribuinte deve apresentar declaração retificadora para os referidos exercícios. Nela, deverá constar como rendimentos

isentos a aposentadoria, pensão ou reforma, incluindo a parcela do 13º salário, por fim, se as declarações de anos anteriores resultaram em imposto a pagar, deverá ser elaborado um pedido para restituição ou compensação dos valores pagos além do devido. Neste caso, o contribuinte deverá utilizar o programa "PER/DCOMP", disponível na página da Receita Federal na

internet para *download*.

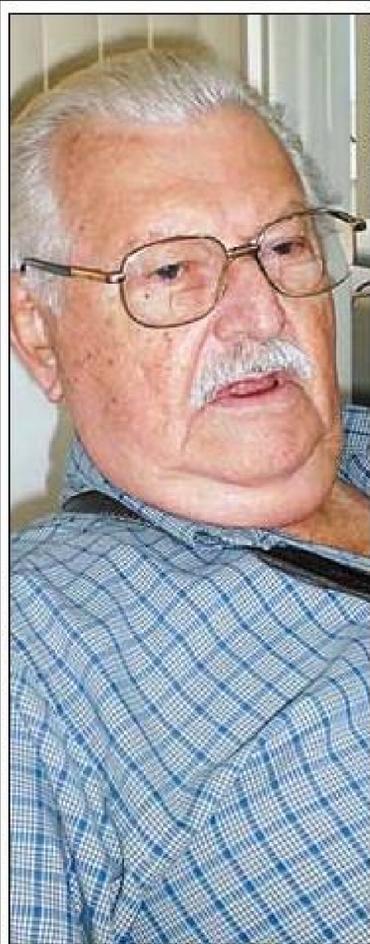
É importante lembrar que a isenção de pagamento do Imposto de Renda não desobriga o contribuinte a apresentar sua declaração. Outras dúvidas podem ser tiradas junto à Receita Federal.

Orientação do Jurídico da Adufrj-SSind

Se houver alguma dificuldade no reconhecimento da grave

enfermidade, é possível consultar a assessoria jurídica da Adufrj-SSind.

A advogada Ana Luiza observa ainda que a Medicina vem descobrindo e avaliando outras doenças como graves: também nessas situações pode caber ação no Judiciário para reconhecimento do direito de isenção do imposto.



Roberto Petersen

Professor aposentado do IQ deixou de pagar mais de R\$ 1 mil

Alembração sobre a isenção do imposto de renda é importante, pois ao governo não interessa perder dinheiro com a divulgação do dispositivo. O professor Roberto Petersen, aposentado do Instituto de Química, descobriu o problema quando fez o primeiro (em 2004) de três cateterismos. O grande cansaço que sentia tinha origem em uma obstrução de artéria coronariana. Mas só soube que poderia receber o benefício previsto em lei no ano passado, informado por um colega.

Em meados de dezembro, ele foi confirmar a notícia Pró-reitoria de Pessoal da universidade (PR-4). E, depois dos procedimentos burocráticos, passou a ser beneficiado em março deste ano. Deixou de pagar quase R\$ 1 mil de imposto de renda. Além do mais, com base em artigo da emenda constitucional nº 47, também

diminuiu sua contribuição previdenciária – neste caso, a legislação diz que a contribuição dos aposentados incidirá apenas acima do valor do dobro do teto de benefícios do Regime Geral. Para Roberto, o habitual desconto de R\$ 250 passou para R\$ 25. “Gasto uns R\$ 500 por mês com remédios, então é um dinheiro que não dá para dispensar”, disse. “Acho importante que a Adufrj divulgue e seja feito um contato com o Sintufrj para que eles divulguem também. Esse é um direito de todos os trabalhadores, não só os servidores, e o governo não tem interesse nenhum em divulgar”, completou.

Roberto, que descobriu ainda mais recentemente que o benefício pode ser solicitado retroativamente, iria iniciar os procedimentos administrativos com essa finalidade. Hoje, aos 75 anos, ele diz estar aproveitando a vida.

Veja a lista das doenças

- AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)
- Alienação mental
- Cardiopatia grave
- Cegueira
- Contaminação por radiação
- Doença de Paget em estados avançados (Osteíte deformante)
- Doença de Parkinson
- Esclerose múltipla
- Espondiloartrose anquilosante
- Fibrose cística (Mucoviscidose)
- Hanseníase
- Nefropatia grave
- Hepatopatia grave (observação: nos casos de hepatopatia grave somente serão isentos os rendimentos auferidos a partir de 01/01/2005)
- Neoplasia maligna
- Paralisia irreversível e incapacitante
- Síndrome de Talidomida
- Tuberculose ativa

UFRJ

Identidade e Classe: conquistas no novo conceito de Estado

Entre os dias 20 e 22 de maio, a Pró-reitoria de Pessoal da UFRJ realiza o seminário “Identidade e Classe” para tratar das questões relativas à organização do Estado e Serviço Público, conflitos nas Relações de Trabalho e perspectiva de classe. Participam do evento os professores André Singer (USP), Ricardo Antunes (Unicamp), Angelo Soares (Université du Québec à Montreal), Margarida Barreto (PUC-SP), além dos docentes Carlos Vainer,

José Paulo Netto, Maria Clara Dias, Carlos Ziller, Sidney Lianza e Marisa Palácios, todos da UFRJ. A proposta é promover, no auditório Roxinho, do CCMN, a reflexão sobre a luta dos trabalhadores, perspectivas e ações sob a ótica da Política, do Estado e do Trabalho, na busca por conquistas sociais e econômicas dentro do novo conceito de Estado. O seminário é gratuito e aberto ao público externo e não apenas à comunidade universitária. Confira a programação:

20 de maio
14h

Estado e Serviço Público, a quem deve servir?

Ricardo Antunes;
Carlos Vainer;
Sidney Lianza;
Agnaldo Fernandes (Mediador UFRJ).

21 de maio
9h

Violência nas Relações de Trabalho e Assédio Moral

Angelo Soares;
Margarida Barreto;
Maria Clara Dias;
Marisa Palácios (Mediador UFRJ).

22 de maio
14h

Trabalho; Produção e Distribuição de Riqueza

André Singer;
José Paulo Netto;
Carlos Ziller;
Roberto Gambine (Mediador UFRJ).

Foto: Silva/Sinifri - 14/05/2014

Para chamar atenção para seu problema, vigilantes bloquearam acesso à Linha Vermelha, dia 14



Terceirizados ainda continuam passando por dificuldades

UFRJ não recebe o necessário da União e crise volta a atingir os trabalhadores com direitos mais frágeis

Vigilantes precisaram se mobilizar para receber salários

Prossegue a viacrucis dos funcionários terceirizados da UFRJ. Conforme já noticiado em edições anteriores do **Jornal da Adufrj**, a irregularidade dos repasses financeiros do governo para a universidade tem tido como consequência quase imediata o atraso no pagamento de salários, auxílio-alimentação e passagens para esses trabalhadores.

As vítimas da vez foram os vigilantes vinculados à empresa Front. Eles fizeram uma mobilização no *campus*, no último dia 14. Muitos deles deixaram os postos mais cedo. “Tem mês que atrasa (o salário), mas, desta vez, passou demais”, disse um funcionário que não quis se identificar, temendo represálias da empresa. “Minhas contas estão batendo”, completou. Eles só haviam recebido o dinheiro das passagens e de alimentação. Detalhe: como era dia de paralisação dos rodoviários, esse mesmo funcionário foi de trem até a estação de Bonsucesso e completou a pé o deslocamento ao *campus* da ilha do Fundão.

Após a mobilização, que contou com reunião na reitoria, passeata até o CCS e bloqueio de um dos acessos do *campus* à Linha Vermelha, um representante da empresa apareceu, no mesmo dia, para dialogar com os vigilantes. Os salários acabaram depositados nas

contas na mesma data

Cobertor curto

Se, para os seguradoras, o problema foi resolvido, o mesmo não pode ser dito para os funcionários da empresa J. E. Paulino, que prestam serviços de portaria dentro da universidade. Até o fechamento desta matéria (dia 16), um deles, que também não quis se identificar, disse que o mês de abril ainda não foi pago: “E o mês de março só recebemos semana passada. Alimentação também veio com atraso. E o dinheiro para as passagens chega para alguns; para outros, não”, observou.

A única satisfação que passaram para este funcionário: o problema era na reitoria da UFRJ. “Minha mochila está recheada de contas para pagar. Dizem que o dinheiro pode cair nas contas hoje ou amanhã, mas nós não acreditamos mais”, completou.

Procurado pela reportagem, o pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Carlos Rangel, confirmou que o governo continua repassando recursos para a UFRJ em quantidade insuficiente: “Não só a UFRJ, mas todas as IFES dependem do repasse da Secretaria de Tesouro Nacional. Recebemos, da última vez, 75% do financeiro necessário”, afirmou.

Sem todo o montante, a administração acaba fazendo uma “escolha de Sofia” diante dos pagamentos que precisa fazer. Mas as empresas, ressalta o dirigente, por contrato, deveriam ter caixa para pagar até três meses de salários aos funcionários terceirizados.

Sequestro-relâmpago na ilha do Fundão

Delegacia Anti-sequestro já investiga o caso

Guilherme Karakida
Estagiário e Redação

Segundo nota divulgada no jornal O Globo do dia 11 de maio, dois homens “fortemente armados” sequestraram um professor no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, dia 8. Segundo apurou a reportagem da Adufrj junto à assessoria da Prefeitura Universitária, o crime

ocorreu por volta de 22h, na rua Lobo Carneiro (via ao lado daquele Centro), quando o veículo do docente foi cercado. Rendido, ele foi mantido encapuzado no interior do veículo dos sequestradores, que exigiram R\$ 100 mil para libertá-lo. Percebendo que não conseguiria tamanho valor, o grupo decidiu fugir.

A vítima foi solta na Via Dutra, próxima da Linha Vermelha. Os assaltantes levaram um relógio, uma caneta e dinheiro em espécie. Só devolveram a carteira e as chaves do carro para o docente. O caso foi registrado na 37ª DP,

localizada na Ilha do Governador.

De acordo com a assessoria do prefeito universitário, o episódio não foi comunicado à Divisão de Segurança (Diseg) da UFRJ, mas sim diretamente ao reitor. O docente pediu anonimato com medo de possíveis represálias.

Desde então, houve a retomada das ações da Delegacia Anti-Sequestro (DAS) dentro do *campus*. A assessoria ressalta que todos que participaram de outros sequestros-relâmpagos na Cidade Universitária foram capturados pela polícia.

Juscelino Ribeiro, diretor da Diseg, explica o procedimento nestes casos. “Nós encaminhamos a vítima até a delegacia e registramos a ocorrência. Se ela desejar, levamos em casa, porque geralmente está sem dinheiro e documentos”, afirma. Além disso, a DAS é avisada para tomar as devidas providências.

Registros de ocorrências despencaram

“Desde quando a Diseg voltou a fazer vigilância nos pontos de ônibus, dia 24 de março, despencaram os registros de ocorrências”, ressaltou Juscelino.

Recomendações

Em entrevista ao **Jornal da Adufrj** em fevereiro de 2012, o prefeito universitário Ivan Carmo fez uma série de recomendações para os usuários da Cidade Universitária. A principal é avisar a Diseg sobre os crimes (3938-1900). A pessoa também deve evitar, por exemplo, estudar, conversar ou namorar no carro. Da mesma forma, é bom se apressar na hora de se deslocar dentro dos estacionamentos, principalmente no período noturno.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Para não esquecer

Nos dias 20 e 22 de maio, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ realiza o seminário "50 anos do golpe militar – para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça".

O evento ocorre no Salão Nobre do prédio.

Henning Boilesen

Neste seminário sobre a ditadura no IFCS, um dos convidados é Carlos Eugênio, militante da Ação Libertadora Nacional, a ALN, de Carlos Marighella.

Carlos Eugênio justçou o empresário Henning Boilesen, então presidente da Ultragás.

Boilesen era um facinora dinamarquês que, além de financiar a repressão, fazia questão de assistir às sessões de tortura.

Filme

No seminário está previsto a exibição do filme "Militares da Democracia", de Silvio Tendler.

Números

226 MIL

é o número de granadas adquiridas pelos órgãos de Segurança no Brasil para reprimir protestos desde junho de 2013.

263 MIL

é o estoque de balas de borrachas comprado com o mesmo fim.

Poderosos chefões

A família Marinho, controladora das Organizações Globo, surge no topo do ranking das mais ricas do país na lista da revista Forbes. Outra família que tem a mídia como carro-chefe de suas transações, a Civita, dona da editora que edita a Veja, também entra com destaque na lista de bilionários. Embora não apareçam citadas nominalmente na lista da Forbes, famílias como Frias de Oliveira (Folha de S.Paulo) e Saad (TV Bandeirantes) acumularam fortunas incalculáveis num negócio dos mais rendosos.

Quem leu a biografia de



Assis Chateaubriand (uma espécie de Roberto Marinho da primeira metade do século XX), escrita pelo jornalista Fernando Moraes, entende com maior clareza o *modus operandi*

dos barões da imprensa brasileira. Chateaubriand usava sua rede de jornais para chantagear o poder e obter vantagens.

Hoje, o país padece do oligopólio midiático que

tenta impor a agenda política e econômica do Brasil. Os empresários do setor se constituem num grupo ativo da burguesia brasileira: fazem política 24 horas. Além de funcionarem como condutores ideológicos de um país profundamente desigual, sua ação política defende privilégios com intransigência, com resultados bem práticos, como o enriquecimento sem limites. A fortuna dos irmãos Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho soma US\$ 28,9 bilhões (algo como R\$ 64 bilhões).

Sem proteína

Eram 13h40 de quinta-feira 15 quando acabaram a carne e a sobremesa no bandeirão do CT.

A fila no restaurante era grande e, para compensar o contratempo, ninguém precisou pagar para almoçar.

No cardápio, arroz, feijão, salada e suco de maracujá (aquele de caixinha).



Aspas

"A judicialização favorece o afastamento da política nas democracias afetando o equilíbrio dos poderes na medida em que propicia a invasão do Direito na política. É a soberania popular desapossada de seu papel de protagonista na democracia, dando lugar à hegemonia judicial. A despolitização da democracia dá lugar à juristocracia".

Trecho da tese de doutorado na qual a filósofa, pela USP, Maria Luiza Quaresma Tonelli analisa a judicialização da política.

Orçamento 2015

Está prevista para a s 10h desta terça-feira 20, na sala do Consumi, a primeira reunião para elaboração das diretrizes do orçamento de 2015.

A convocação está sendo feita pelo pró-reitor Carlos Rangel.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



ELEIÇÕES

Nova diretoria do Andes-SN é eleita com 8.390 votos

Gestão para o biênio 2014/2016 irá tomar posse em Aracaju (SE), no mês de agosto. Na UFRJ, mesmo com a paralisação dos rodoviários que coincidiu com os dias de votação, participaram 307 eleitores

Urna na Faculdade de Letras reuniu 40 votos

Nos dias 13 e 14 de maio, a chapa única ("Andes-SN de Luta e pela Base") obteve 8.390 votos (91,62%) em todo o país para assumir a gestão do Sindicato Nacional, no biênio 2014-2016. Houve, ainda, 516 brancos (5,64%) e 251 nulos (2,74%). Os resultados foram divulgados no dia do fechamento desta edição e, conforme o regimento eleitoral, existe um prazo de recurso de até 24 horas. Mas, se acontecer alguma mudança nos números, não deverá ser significativa.

A nova diretoria do Andes-SN tomará posse no dia 21 de agosto, durante a Plenária de Abertura do 59º Conad, que será realizado em Aracaju (SE). O professor Paulo Rizzo, da Universidade Federal de Santa Catarina, será o presidente; Claudia March, da Universidade Federal Fluminense, assumirá como secretária-geral; e Amauri Fragoso, da Universidade Federal de Campina Grande, será o 1º tesoureiro.

A UFRJ alcançou a quarta maior participação (307 eleitores), atrás apenas da Universidade Federal da Paraíba (319), da Unicamp (385) e da Universidade Federal Fluminense (439).

Para o presidente da Comissão Eleitoral Local e diretor da Adufrj-SSind, Luciano Coutinho, havia uma expectativa muito positiva quanto à votação na UFRJ: "Expectativa esta que, se não se materializou em uma presença maior na comparação direta com a eleição anterior (foram 383 eleitores em 2012), foi atingida a partir da demonstração de interesse dos docentes em participar das eleições, mesmo que suas unidades estivessem fechadas ou ainda consideravelmente esvaziadas na UFRJ nos dias da eleição", afirmou, em referência à paralisação de 48 horas dos rodoviários na cidade do Rio de Janeiro. Luciano também observou que a justa mobilização dos vigilantes terceirizados pelo pagamento de salários atrasados também contribuiu para o esvaziamento do campus do Fundão, no dia 14.



Professor vota na seção eleitoral do prédio da reitoria

Tentativa de prorrogar votação não obteve sucesso

Luciano explica que, assim que confirmada a paralisação dos rodoviários, na véspera do pleito (e ao longo dele), foram feitas consultas à Comissão Eleitoral Central (CEC) sobre possível extensão do prazo de votação: "Fomos informados de que não seria possível a extensão e que deveríamos manter as datas das eleições".

Não funcionou a urna de Macaé. No primeiro dia de votação, o presidente da Comissão Eleitoral Local explicou que, em função das dificuldades já relatadas, foi solicitado que alguns docentes e alunos, que colaboraram como mesários, mudassem de seções eleitorais. Ou ainda que ficassem mais tempo do que haviam se programado: "Com isto, as pessoas que iriam para Macaé precisaram ser realocadas em outras seções", disse Luciano.

A urna localizada na Faculdade de Letras conseguiu o maior resultado absoluto desta vez, quase o mesmo da eleição anterior (44 em 2012 e 40 em 2014): "Resultado este que não foi surpresa, em especial pela tradicional participação dos docentes desta seção. Outros resultados muito importantes foram observados na seção da Praia Vermelha 2 (ESS, IP e IPUB) e na reitoria (FAU, EBA, IPPUR e Coppead). Na primeira, houve um razoável aumento no comparecimento dos docentes (30 em 2012 e 37 em 2014) e na reitoria o crescimento foi consideravelmente maior, pois passamos de 13 votantes em 2012 para 34 em 2014", elogiou Luciano.

Agradecimento

A Comissão Eleitoral Local também agradeceu a participação e o apoio de todas as pessoas envolvidas na eleição: sejam docentes, discentes, técnicos-administrativos ou os funcionários da Adufrj-SSind: "Temos certeza de que esta eleição só foi possível por conta deste enorme apoio que recebemos", concluiu Luciano.

Quatro novos integrantes no CR da Adufrj-SSind

Para aproveitar a estrutura montada para a eleição do Andes-SN, houve votação em algumas Unidades para preencher cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Foram eleitos conselheiros do Colégio de Aplicação (Renata Lucia

Baptista Flores e Maria Cristina Miranda – ambas como titulares), da Escola Politécnica (Eduardo Gonçalves Serra – titular) e da FACC (Antonio José Barbosa de Oliveira – suplente). A posse deles será na próxima Assembleia Geral da Adufrj-SSind, dia 23.

A votação na UFRJ

Número total de sindicalizados	3.306
Número total de eleitores	3.290
Número total de votantes	301
Número total de votante em transito	06
Número total de votos	307
Número total de votos na chapa 1	296
Número total de votosem branco	06
Número total de votos nulo	05

Resultado por Seção

Seção Eleitoral	Votos na chapa 1	Branco	Nulos	Total seção
01 - Praia Vermelha 1	18	0	0	18
02 - Praia Vermelha 2	35	0	2	37
03 - Praia Vermelha 3	29	1	0	30
04 - IFCS	2	0	0	2
05 - Direito	6	1	0	7
06 - Música	8	0	0	8
07 - Museu	4	0	0	4
08 - Anna Nery	21	1	0	22
09 - HUCFF	15	0	0	15
10 - IPPMG	1	0	0	1
11 - IESC	1	0	0	1
12 - CCS 1	10	0	0	10
13 - CCS 2	18	0	0	18
14 - Educação Física	4	0	0	4
15 - Letras	40	0	0	40
16 - Reitoria	34	0	0	34
17 - CT 1	13	0	1	14
18 - CT 2	5	0	0	5
19 - CCMN 1	3	0	2	5
20 - CCMN 2	6	1	0	7
21 - CAp	21	2	0	23
22 - Macaé	-	-	-	-
23 - Xerém	2	0	0	2
TOTAL	296	6	5	307